



2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 03/03/1993
C	
	Assinatura
	Subsídio

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo N.º 13888-000.313/88-41

Sessão de 03 de dezembro de 1992

ACORDÃO N.º 201-68.673

Recurso n.º 88.703

Reorrente FEMHIL - OLEODINÂMICA LTDA.

Recorrida DRF EM LIMEIRA - SP

IPI - Omissão de receita não comprovada nem presumida por lei. Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por FEMHIL - OLEODINÂMICA LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso. Ausente o Conselheiro DOMINGOS ALFEU COLENCI DA SILVA NETO.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1992

Aristófanes Fontoura de Holanda
ARISTÓFANES FONTOURA DE HOLANDA - Presidente

Selma Salomão Wolszczak
SELMA SANTOS SALOMÃO WOISZCZAK - Relatora

* MAÍRA SOUZA DA VEIGA - Procuradora-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE *26 MAR 1993*

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros LINO DE AZEVEDO MESQUITA, SÉRGIO GOMES VELLOSO, HENRIQUE NEVES DA SILVA, ANTONIO MARTINS CASTELO BRANCO e SARAH LAFAYETE NOBRE FORMIGA (suplente).

*VISTA em 26/03/93, ao Procurador da Fazenda Nacional, Dr. ARNÔ CAETANO DA SILVA, ex-vice da Portaria PGFN nº 177, DO de 22/03/93.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Processo N.º 13.888-000313/88-41

Recurso n.º: 88.703

Acordão n.º: 201-68.673

Recorrente: FEMHIL OLEODINAMICA LTDA.

R E L A T Ó R I O

O presente recurso foi apreciado por este Colegiado em sessão que se realizou em 9.11.1989, ocasião em que o relatou o então Presidente, Conselheiro Roberto Barbosa de Castro, nos termos que constam a fls. 23/24 (leio)

O julgamento foi, naquela oportunidade, convertido em diligência, nos termos do voto então proferido pelo eminente Relator, e que igualmente releio, para melhor lembraça (leio, fls. 24/26).

Retornaram os autos, posteriormente, com cópia da decisão proferida nos autos do processo relativo a Imposto de Renda, e com novo pronunciamento da autoridade julgadora, no sentido de que cabia dar ao presente o mesmo tratamento deferido à outra lide.

Novamente veio o recurso à apreciação deste Colegiado, ocasião em que o relatou o eminente Conselheiro Henrique Neves da Silva, conforme consta a fls. 33/34, e, ainda uma vez, o julgamento foi convertido em diligência, nos termos do voto

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 13888-000.313/88-41
Acórdão nº 201-68.673

então proferido pelo novo Relator. Leio em sessão, tanto o relatório como o voto, para melhor compreensão (leio, fls. 53/55).

Em cumprimento ao determinado, a repartição preparadora fez anexar por cópia os documentos de fls. 58/296, e novo julgamento de primeiro grau foi proferido, fls. 299/306, desta feita em conformidade com o comando legal contido no Decreto nº 70.235/72, que rege o processo administrativo fiscal.

Leio em sessão seu inteiro teor.

A empresa, inconformada, interpõe o recurso de fls. 307/308, alegando que a nova decisão em nada modifica a anterior, "continuando parcialmente e sem fundamentação fática". Pondera, também, que "nossos tribunais superiores já têm decidido que nem todos os valores relevantes para o Imposto de Renda o são para o IPI", razão porque não cabe aqui a prova emprestada, nem tem aplicação aqui aqueles valores. Ademais, aponta que "continua impossível aceitar-se a pretensão fiscal sem atender ao disposto no artigo 343 do RIPI/82, conforme dispõe o § 2º cujas disposições estão sob o comando e a égide do § 1º que exige "confronto da produção resultante do cálculo dos elementos constantes deste artigo com a registrada pelo estabelecimento", para que somente aí e depois de satisfeitas aquelas disposições legais admitir-se a exigência do imposto."

Por fim, diz que, tendo em vista a não fundamentação da nova decisão, passam a constituir razões de recurso de fls. 9, cuja cópia anexa.

Processo nº 13888-000.313/88-41
Acórdão nº 201-68.673

é o relatório.

VOTO DA RELATORA, CONSELHEIRA SELMA SANTOS SALOMMO WOLSZCZAK

Em preliminar.

Penso que não assiste razão à recorrente, quando alega a nulidade da decisão de fls. 299/306, eis que nela a impugnação apresentada nestes autos foi expressa e nitidamente apreciada, fazendo-se inclusive menção à remessa, nela feita, a documentos que teriam sido acostados a outro administrativo.

Quanto à fundamentação da decisão, também vejo, pela remessa feita às razões que sustentaram o julgado de primeiro grau no processo relativo ao Imposto de Renda, cuja cópia se faz presente nestes autos, bem como às razões que fundamentaram o v.º Acórdão nº 101-79.106, por cópia a fls. 36/43, plenamente explicitados os supedâneos de fato e de direito que a embasaram. A autoridade de primeiro grau, ademais, apontou que a matéria fática consistente na omissão de receita, na escrita da empresa, já era objeto de decisão definitiva na esfera administrativa.

No mérito.

Não procede a tese segundo a qual o § 2º do artigo 343 do RIPI/82 somente tem aplicação quando efetuado o levantamento da produção de que trata o § 1º do mesmo artigo. Ambos os parágrafos estão submetidos ao caput do artigo, mas um não se vincula nem se subordina ao outro. O texto do parágrafo 2º é

Processo nº 13888-000.313/88-41
Acórdão nº 201-68.673

bastante claro, quando se limita a adotar o critério de apuração do imposto devido estabelecido no parágrafo 1º, como se fez no caso.

Em outros termos, o artigo 343 estabelece presunção legal de saída sem nota e sem registro para duas hipóteses distintas, sendo uma delas a apuração de receitas omitidas e outra a divergência entre a produção apurada pelo fisco e a registrada pela empresa.

Por fim, observo que, conforme se vê do próprio teor explícito do Auto de Infração de fls. 02, a acusação de omissão de receitas que lastreia a exigência fiscal diz respeito a "suprimentos de numerário efetuados pelo sócio Nadir Razera, cuja origem e efetividade de entrega não foi inequivocamente comprovada."

No curso do processo, algumas parcelas desses suprimentos foram admitidas pela fiscalização, e a decisão de primeiro grau foi proferida pelo provimento parcial.

A decisão final proferida nos autos do processo relativo ao Imposto de Renda confirma, pelo voto de qualidade, a imputação de omissão de receita, ao principal fundamento de que os lançamentos contábeis escriturados não se bastam por si só, têm que ter por base documentação hábil e idônea, pois o registro contábil sem qualquer documento emitido por terceiros que o lastreie não é meio de prova (Acórdão CSRF/01-0.220/82). Nessa linha, o eminentíssimo Relator, Conselheiro Cândido Neuber aponta cada parcela remanescente da exigência fiscal relativa aos suprimentos mencionados.

Processo nº 13888-000.313/88-41
Acórdão nº 201-68.673

primentos, para, confrontando-as com a documentação de defesa, concluir que "não está plenamente comprovada nem a origem e nem a efetividade da entrega".

Essa máxima segundo a qual cada suprimento deve ter sua prova através de documentação bancária ou outra, com coincidência de datas e valores, de saídas das contas dos supridores e de entradas nas contas das empresas, serve, por todo o acordão, como arrimo principal do raciocínio nele esposado.

O digno Conselheiro aborda a tese de defesa, diretamente, obtémperando que

"A interpretação dada pela recorrente de que primeiro a fiscalização deve provar a omissão de receita para só então perquirir quanto à efetividade da entrega e origem dos recursos (parte final do artigo 181) carece de lógica e anularia a utilização, pelo fisco, da prova indiciária explicitada no dispositivo legal referido, pois, se o fisco prova a omissão de receita, então a tributação dar-se-á com base em fato concreto, a omissão de receita, e não em presunção juris tantum, e nada mais há que se questionar, eis que a base de cálculo do tributo já estaria definida."

Não me parece procedente essa ponderação. É que a lei não erigiu o suprimento incomprovado de sócio como hipótese de presunção juris tantum de omissão de receita. Se o quisesse fazer, fá-lo-ia em vernáculo e claramente. O que a lei determina é que, apurando-se omissão de receita, por meios indiciários – tais como, p.ex., depósitos bancários injustificados, entradas de mercadorias sem registro, e sem nota, suprimentos incomprovados efetuados por fornecedores ou terceiros, etc. – e na impossibilidade de exata quantificação dessa receita, cabe ao

Processo nº 13888-000.313/88-41
Acórdão nº 201-68.673

úscio o direito de arbitrá-la no valor dos suprimentos efetuados por sócios e diretores, sem comprovação.

De nenhuma maneira a eleição de uma base de arbitramento se confunde com estabelecimento de presunção juris tantum. A lei apenas elege, repita-se, a base de arbitramento de receitas cuja omissão se apure por meios indiciários, e, como é curial, o indício veemente integra o campo probatório. Despiciendo, para que essa prova prevaleça, o estabelecimento de presunção legal.

No caso, a empresa não é jejuna de indícios em prol de sua defesa, vale dizer, da correção de seus lançamentos contábeis, da veracidade dos suprimentos lá inscritos. Tanto assim que o próprio voto-condutor do v. Acórdão 101-79.106 somente fala em que as evidências documentais trazidas não provam "plenamente" os suprimentos. Tanto assim que o julgamento deu-se por voto de qualidade.

Ora, o lançamento é atividade vinculada, que obedece necessariamente aos princípios da tipicidade cerrada e da estrita legalidade.

Nessas circunstâncias, tenho para mim que é especialmente relevante o fato de que em seu julgado o Egrégio 1º Conselho de Contribuintes aplicou norma relativa ao Imposto de Renda, norma que, segundo entende, estabelece presunção legal relativa àquele imposto.

Aqui, trata-se de IPI, e não conheço nenhuma norma pertinente a esse tributo que estabeleça "presunção" semelhan-

segue-

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 13888-000.313/88-41
Acórdão nº 201-68.673

te.

No caso, tem-se um único e mero indício, que é a falta de comprovação "plena" da efetividade da entrega e da origem dos recursos de caixa fornecidos pelo sócio (inexistência de prova documental dos suprimentos com coincidência de datas e valores, que a lei não exige).

Entendo, pois, que, à frente desse indício, competia à fiscalização proceder a apurações necessárias, que a lei específica do tributo lhe faculta, inclusive levantamento da produção, mas de nenhuma forma liminarmente saltar a uma presunção que a lei não autoriza e que os indícios encontrados não são suficientes para provar.

São essas as razões que me levam a dar provimento ao recurso.

Sala de Sessões, em 03 de dezembro de 1992



SELMA SANTOS SALOMÃO WOLSZCZAK